

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.399.395 - SC (2013/0276391-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : AUTO LOCADORA COELHO LTDA
ADVOGADOS : LUIZ FERNANDO TONELLI - SC011701
DENISE SEIXAS E OUTRO(S)
RECORRIDO : PEDRO KEMER DOS SANTOS
ADVOGADO : ROXANE COIMBRA DE NONOHAY - SC014274
RECORRIDO : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR : LUIZ CARLOS ELY FILHO E OUTRO(S) - SC005776

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **Auto Locadora Coelho Ltda.** com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fls. 315/316):

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MATERIAIS. VEÍCULO DO AUTOR ABALROADO NA LATERAL DIREITA POR AUTOMÓVEL DE PROPRIEDADE DO ESTADO QUE, POR SUA VEZ, FOI PROJETADO EM DIREÇÃO AO AUTOMÓVEL DO DEMANDANTE POR TERCEIRO QUE COLIDIU EM SUA TRASEIRA. RESPONSABILIDADE ESTATAL ELIDIDA PELA PROVA DA CULPA EXCLUSIVA DE OUTREM. PRECEDENTES. TERCEIRO CAUSADOR DO SINISTRO QUE INTERVEIO NO PROCESSO POR MEIO DE DENÚNCIAÇÃO DA LIDE. EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA EM TODAS AS FASES PROCESSUAIS. CONDENAÇÃO DIRETA À REPARAÇÃO DOS DANOS EXPERIMENTADOS PELO DEMANDANTE. POSSIBILIDADE. "É de se ter em vista que o processo não é instrumento exclusivo de satisfação de interesses privados, mas certamente possui escopo social e público. [...] 'Processo é meio', dizia Galeno, 'meio de solução justa de um conflito individual de interesses e meio também, eficaz e pronto, de harmonia social'. [...] 'Esta deturpação do sentido da forma só pode servir aos fins de uma cultura individualista. Se ela desserve aos ideais sociais de rápida solução do litígio, pela variedade de recursos que oferece contra a decisão das múltiplas exceções de nulidade, se contraria também a Justiça de mérito, só pode representar o papel espúrio de defender o interesse da parte sem-razão, de se prestar aos fins da chicana e da má-fé processual.

'Lamentavelmente, também este traço marcante de individualismo se apresenta no processo civil brasileiro. A reforma operada pelos Códigos Federais de pouco ou nada adiantou, principalmente porque surgida uma cultura em que a consideração dos valores sociais ainda está na infância (LACERDA, Galeno. Op. cit. p. 84)'. Na mesma linha, são as críticas mais atuais de José Carlos Barbosa Moreira, nomeando de neoprivatismo essa pretensão de considerar o processo como 'coisa das partes', de costas para sua relevante função social de colocar termo a pontos de tensão existentes na sociedade. Aduz Barbosa Moreira: 'É duvidosa a designação que melhor convém ao pensamento criticado neste trabalho. Visto que seus representantes aludem, com aspas manifestamente depreciativas, a processo civil 'social', talvez se pudesse cogitar de designá-la, com análogas aspas, como processo civil 'anti-social'. Mas não desejamos ferir, com tão antipático rótulo, as suscetibilidades de juristas ilustres, que nos merecem todo o respeito. 'Outra opção, menos áspera, pode basear-se na pecha, que se lança, de exacerbação do elemento publicístico no processo civil. Pois bem: à orientação contrária não cairá mal, nessa perspectiva, a denominação de privatismo. Sejamos, porém, mais exatos: já que semelhante orientação nos remete à mentalidade dominante em tempos idos - e infelizmente, ao que tudo indica, reerguida da sepultura em que parecia jazer -, numa época em que o processo civil era tido e havido como "coisa das partes" (Sache der Parteien, seguindo a conhecida expressão alemã), tomamos a liberdade de chamar-lhe neoprivatismo, na esperança de que isso não desagrade aos seus ardorosos propagandistas (MOREIRA, José Carlos Barbosa. O neoprivatismo no processo civil. in. Teoria Geral do Processo: panorama doutrinário. São Paulo: JusPodivm, 2010, p. 404)'. Com amparo na função pública do processo, rejeitam-se tecnicismos processuais, no mais das vezes servís exclusivamente a interesses privados postos em juízo, em obséquio a propósito maior, que é a pacificação social, a efetividade da tutela judicial prestada, a duração razoável do processo e, em hipóteses como a tratada nos autos, a indenizabilidade plena do dano sofrido". (REsp n. 925130/SP, rel. Min. Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, j. 8-2-2012) APELAÇÃO DO AUTOR PROVIDA PARA JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO E CONDENAR A LITISDENUNCIADA A REPARAR O DANO. RECURSO ADESIVO DO DEMANDANTE E APELO DO ESTADO NÃO CONHECIDOS. (TJSC, Apelação Cível n. 2009.059378-4, da Capital, rel. Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva,

Superior Tribunal de Justiça

Primeira Câmara de Direito Público, j. 08-05-2012).

Opostos embargos declaratórios, foram parcialmente providos os primeiros e rejeitados os segundos (fls. 358/368 e 387/391).

A parte recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 70, III, 128, 460, 473, 512, 515 e 535, I e II, do CPC/73. Sustenta, em resumo, que: **(I)** a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal *a quo* remanesceu omissos acerca das questões neles suscitadas; e **(II)** "*jamais poderia ter sido deferida a denunciação à lide em face da Recorrente, responsabilizando-a pelo pagamento da indenização, pois está na condição de terceiro nos autos, restando impedida sua responsabilização, ante a não conversão da denunciação em legitimidade de parte*" (fl. 423).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Feita essa observação, verifica-se que a pretensão recursal merece acolhida quanto à alegada negativa de prestação jurisdicional, pois a parte recorrente, nas razões dos embargos de declaração e do recurso especial, alega que na sua condenação o Tribunal *a quo* incorreu em julgamento *ultra petita* e de matéria preclusa, uma vez que a responsabilidade civil do recorrente não foi objeto da apelação do autor mas, tão somente, do apelo do Estado, o qual não foi conhecido.

Cabe ressaltar que, nos termos da jurisprudência deste Sodalício, não é cabível a denunciação à lide com o intuito de atribuir culpa a terceiro pelo evento danoso. Nesse vértice, vejam-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL

Superior Tribunal de Justiça

PÚBLICA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. NÃO OBRIGATORIEDADE.

1. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento interposto pelo Município recorrente contra decisão que, nos autos de Ação Civil Pública voltada à reparação de danos morais coletivos, indeferiu o requerimento de denúncia da lide da empresa fabricante de brinquedos que causaram acidentes em escolas municipais.

2. O Tribunal de origem entendeu que " não comporta denúncia da lide nos casos em que o denunciante intenta eximir-se da responsabilidade pelo evento danoso atribuindo-a, com exclusividade, a terceiro (...). Não cabe denúncia da lide em sede de ação civil pública (RT 620/69, 718/109, JTJ 168/197), observando-se que o aludido instituto não requer mais observância obrigatória à luz do novo Código de Processo Civil (vide artigo 125), como também pelo fato de não ser forma de correção da ilegitimidade passiva (...). Em Suma, 'quando o reconhecimento da responsabilidade do denunciado suponha seja negada a que é atribuída ao denunciante (...) se acolhidas as alegações do denunciante, a ação haverá de ser julgada improcedente e não haverá lugar para regresso. Desacolhidas, estará afastada a responsabilidade do denunciado" (RSTJ 84/202). 3. Com efeito, o STJ possui jurisprudência consolidada de que, nas ações indenizatórias decorrentes da responsabilidade civil objetiva do Estado, não é obrigatória a denúncia à lide.

4. Ademais, conforme bem salientado no parecer do MPF, "o recurso não comportaria provimento, primeiro porque o artigo 125 do CPC não obriga à denúncia da lide, permitindo-a somente. Além disso, verifica-se que a causa de pedir da ação não tem pertinência com a atuação da empresa. Trata-se de omissões imputadas ao próprio Município, que teria deixado de fiscalizar a instalação dos brinquedos e não teria providenciado adequado treinamento aos servidores das escolas em que os mesmos foram instalados. Além disso, sempre resta ao Município, a ação de regresso" (fl. 155, e-STJ).

5. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.799.332/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/6/2019, DJe 11/10/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. ART. 70, III, DO CPC. FACULDADE. AÇÃO PRINCIPAL JULGADA IMPROCEDENTE. HONORÁRIOS DE ADVOGADO DO

Superior Tribunal de Justiça

DENUNCIADO. ENCARGO DO LITISDENUNCIANTE. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL PREDOMINANTE NESTA CORTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ.

I. Hipótese em que o Estado do Ceará, réu na ação principal, denunciou à lide o agravado, nos termos do art. 70, III, do CPC.

Julgada improcedente a ação principal, o acórdão de origem condenou o Estado do Ceará, litisdenunciante, ao pagamento de ônus de sucumbência, na lide regressiva, em favor do litisdenunciado.

II. De acordo com a jurisprudência do STJ, "'não cabe a denúncia quando se pretende, pura e simplesmente, transferir responsabilidades pelo evento danoso, não sendo a denúncia obrigatória nos casos do inciso III do art. 70 do Código de Processo Civil, na linha da jurisprudência da Corte' (REsp 302.205/RJ, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, DJ 4.2.2002)" (STJ, REsp 903.258/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 17/11/2011).

III. Assim, na hipótese de denúncia facultativa, cabe ao litisdenunciante o encargo dos ônus sucumbenciais, independentemente da ocorrência de êxito (ou não) na ação principal. Precedentes do STJ.

IV. Consoante a jurisprudência desta Corte, "nas hipóteses de denúncia facultativa em que o réu se antecipa e instaura a lide secundária sem a solução da principal ele deverá arcar com os encargos sucumbenciais, porquanto ajuizou a ação incidental, por ato voluntário, visto que não teria nenhum prejuízo em aguardar o trânsito em julgado da lide proposta contra ele para se fosse o caso promover a ação regressiva contra o terceiro" (STJ, REsp 258.335/SE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJU de 21/03/2005). Em igual sentido: STJ, AgRg nos EDcl no Ag 550.764/RJ, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, DJU de 11/09/2006.

V. Com efeito, o Tribunal de origem decidiu a causa em consonância com a orientação jurisprudencial predominante neste Tribunal, pelo que incide, na espécie, a Súmula 83/STJ, enunciado sumular aplicável, inclusive, quando fundado o Recurso Especial na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

VI. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 590.989/CE, Rel. Ministra ASSUSETE

MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/12/2014, DJe 11/12/2014)

Contudo, o Tribunal de origem, não obstante instado a se manifestar, ficou-se silente sobre tal argumentação, rejeitando os pertinentes aclaratórios do ora recorrente, incorrendo em franca violação ao art. 535 do CPC/73, porquanto não prestada a jurisdição de forma integral.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. OCORRÊNCIA. RETORNO DOS AUTOS À CORTE DE ORIGEM.

1. É firme o entendimento do STJ de que, "tratando-se de questão relevante para o deslinde da causa, a ausência de manifestação sobre ela caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC/1973. Verificada tal ofensa, em sede de recurso especial, impõe-se a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração, para que seja proferido novo julgamento suprindo tal omissão" (AgInt no AREsp 868.604/RN, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 14/09/2016).

2. Caso concreto em que o Tribunal de origem, mesmo provocado em sede de embargos declaratórios, ficou silente sobre argumentação que se mostra relevante para a solução da controvérsia, em franca violação ao art. 1.022 do CPC/2015.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.650.218/AL, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/9/2018, DJe 9/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ADESÃO AO PROGRAMA DE PARCELAMENTO INSTITUÍDO PELA LEI 17.082/2012, DO ESTADO DO PARANÁ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OMISSÃO CONFIGURADA. TRIBUNAL QUE DEIXA DE SE MANIFESTAR SOBRE AS ALEGAÇÕES DO RECORRENTE, NOTADAMENTE EM RELAÇÃO AO FATO DE O ACORDO FISCAL CONTEMPLAR HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO IMPORTE DE 1% DO VALOR DO

DÉBITO. PROVIMENTO DO APELO NOBRE PARA ANULAR O ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DO PARANÁ A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Apresentados Embargos de Declaração, solicitando expressamente a manifestação do Colegiado sobre fato superveniente à propositura da ação, atinente à adesão do Contribuinte ao programa de parcelamento da dívida tributária previsto na Lei 17.082/2012, do Estado do Paraná, que dispõe sobre a verba honorária da Fazenda Pública do Estado do Paraná no montante de 1% sobre o valor atualizado destes débitos, cabia ao Tribunal de origem analisá-lo. Entretanto, não tendo o Tribunal sequer feito referência a essas alegações, de fato, houve negativa de prestação jurisdicional, o que resulta na necessidade de anulação da decisão.

2. Assim, pelo fato de ter o acórdão recorrido deixado de analisar relevante fundamento para a solução da controvérsia, inviabilizando o conhecimento do Apelo Especial por ausência de prequestionamento, e tendo a parte recorrente alegado negativa de prestação jurisdicional, merece prosperar o Recurso Especial para anular o acórdão proferido nos Embargos de Declaração, determinando o retorno dos autos ao Tribunal Paranaense, para que analise as questões omissas.

3. Agravo Interno do Estado do Paraná a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.387.673/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 7/3/2018)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. DECADÊNCIA TRIBUTÁRIA. ALEGATIVA DE EXISTÊNCIA DE DOCUMENTOS QUE COMPROVAM PAGAMENTO PARCIAL A ATRAIR A INCIDÊNCIA DO ART. 150, § 4º, DO CTN. QUESTÃO JURÍDICA RELEVANTE. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO. NULIDADE.

1. A respeito da controvérsia ora em debate, o Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão de que a decadência tributária, na hipótese de pagamento parcial do tributo sujeito a lançamento por homologação, tem início com a ocorrência do fato gerador. Precedentes: AgRg no AREsp 706.556/MG, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, julgado em 19/4/2016, DJe 27/4/2016; AgRg no AREsp 132.784/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 15/3/2016, DJe 1º/4/2016).

Superior Tribunal de Justiça

2. Na espécie, assiste razão à parte recorrente no ponto em que sustenta violação do art. 535, II, do CPC, pois uma análise detida das decisões proferidas pelo Tribunal de origem, em cotejo com os recursos do contribuinte, revela que houve omissão no acórdão recorrido quanto à alegativa de que há informações constantes dos autos que seriam relevantes ao deslinde da controvérsia, notadamente aquelas que comprovariam a existência de pagamento parcial do tributo a atrair a orientação jurisprudencial pacificada no STJ no sentido de que a decadência tributária, nessas hipóteses, tem início com a ocorrência do fato gerador, e não a partir do primeiro dia do exercício seguinte.

3. Não havendo o Tribunal a quo se pronunciado a respeito dessas alegativas, caracteriza-se afronta ao art. 535 do CPC, impondo-se a anulação da decisão proferida nos embargos, a fim de que outra seja proferida com apreciação da questão.

4. Recurso especial provido para anular o acórdão dos embargos de declaração, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que se manifeste, expressamente, a respeito do quanto alegado em sede declaratória.

(REsp 1.633.154/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 5/12/2017)

Dessarte, diante do acolhimento da preliminar por negativa de prestação jurisdicional, fica prejudicada a análise dos demais pedidos recursais.

ANTE O EXPOSTO, dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que seja realizado novo julgamento dos embargos declaratórios, desta feita com o exposto enfrentamento das questões omitidas.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator